



# Relatório Anual

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

2022

SM

## 1. APRESENTAÇÃO

O Conselho Municipal de Previdência (CMP) é órgão colegiado de **gerenciamento, normatização e deliberação superior** do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município do Recife.

Tem a responsabilidade de analisar o plano de custeio visando a garantia dos recursos necessários para o pagamento das despesas projetadas para os exercícios posteriores previstos no cálculo atuarial. Isso assegura para o contribuinte, como vantagem do RPPS: aposentadoria, pensão por morte, acompanhamento da gestão pelos servidores, maior agilidade na concessão dos benefícios, maior qualidade de atendimento, fiscalização pelos órgãos municipais e Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e, ainda, fiscalização pela Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

Neste sentido, o CMP tem como objetivo definir as políticas a serem adotadas pelo RPPS do Recife com vistas ao **equilíbrio financeiro e atuarial dos planos de benefícios previdenciários**, adotando ações e procedimentos necessários ao atingimento da missão e visão da Autarquia.

Importante registrar que o Conselho é regido pelo **Decreto Municipal n.º 30.755/2017**, que dispõe sobre sua composição, competências e demais peculiaridades de funcionamento.

## 2. COMPETÊNCIA DO CMP

O art. 19 do Decreto nº 30.755/2017 estabelece como competência do Conselho Municipal de Previdência, *in verbis*:

I - aprovar:

- a) a política de gestão do Sistema Previdenciário do Município do Recife;
- b) as diretrizes gerais de atuação da AMPASS;
- c) a Nota Técnica Atuarial e a regulamentação dos Planos de Benefícios Previdenciários e de Aplicações e Investimentos;
- d) a proposta de Plano Plurianual, de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Lei Orçamentária Anual da AMPASS;
- e) o plano de contas da AMPASS, obedecido ao disposto em lei;
- f) as normas de administração interna;
- g) o parecer atuarial do exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio para dar cobertura aos Planos de Benefícios Previdenciários;
- h) relatório anual de atividades da AMPASS;
- i) os balancetes mensais, bem como o balanço e as contas anuais da AMPASS;
- j) os relatórios de consultoria e auditoria independentes, bem como a autorização para a contratação de seus serviços e a aprovação de seus orçamentos e propostas;

II - propor projeto que autorize a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doações com encargo;

III - manifestar-se, pela maioria absoluta de seus membros, sobre proposta de alteração do Estatuto da AMPASS;

IV - pronunciar-se sobre qualquer outro assunto de interesse da AMPASS, que lhe seja submetido pelo Diretor-Presidente ou pelo Conselho Fiscal;

V - aprovar as políticas de investimentos para aplicação das reservas, traçar as diretrizes respectivas e realizar acompanhamento periódico sobre sua implementação;

VI - deliberar sobre a nomeação de representantes junto aos órgãos de administração e fiscalização de empresas em que a AMPASS, porventura, venha a ter participação acionária;

VII - decidir, obedecendo aos objetivos precípuos da AMPASS, os casos e situações a respeito dos quais sejam omissos ou carentes de interpretação o Estatuto e os regulamentos;

VIII - praticar os demais atos atribuídos, por Lei, à sua competência;

IX - aplicar sanção disciplinar aos membros da Diretoria, bem como sugerir ao Prefeito do Município a exoneração dos respectivos membros.

### 3. COMPOSIÇÃO DO CMP EM 2022

A designação atual do Conselho se deu por meio da **Portaria n.º 0560 de 18 de março de 2021** (republicada no Diário Oficial do Município de 26/03/2021), bem como pela **Portaria n.º 1147 de 17 de outubro de 2022** (publicada no Diário Oficial do Município de 18/10/2022), ambos atos do Prefeito do Recife.

NOME	TIPO	REPRESENTANTE DA/DO
Felipe Martins Matos	Titular	Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital
Pâmela Mirela do Nascimento Alves Jimenez	Suplente	Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital
Andrea de Medeiros Jar	Titular	Secretaria de Governo e Participação Social
Carlos Eduardo Muniz Pacheco	Suplente	Secretaria de Governo e Participação Social
Maíra Rufino Fischer	Titular	Secretaria de Finanças
Márcio Gustavo Tavares Gouveia de Carvalho	Suplente	Secretaria de Finanças
Ligia Stocche Barbosa	Titular	Secretaria de Educação
Leonardo Gonçalves Basto de Albuquerque	Suplente	Secretaria de Educação
Flávia Castanheira do Nascimento	Titular	Procuradoria-Geral do Município
Paula Maria Souza de Oliveira Mendonça	Suplente	Procuradoria-Geral do Município
Samuel Rodrigues dos Santos Salazar	Titular	Poder Legislativo Municipal
Luiz Eustáquio Ramos Neto	Suplente	Poder Legislativo Municipal

JM

NOME	TIPO	REPRESENTANTE DO/DA
Antônio Marcos Medeiros Araújo	Titular	Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - AFREM SINDICAL
Carlos Hermano de Melo Furtado de Mendonça	Suplente	Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - AFREM SINDICAL
Geferson Thiago Fernandes da Silva	Titular	Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos da Administração Direta e Indireta da Cidade do Recife – SINDSEPRE
Osmar Ricardo Cabral Barreto	Suplente	Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos da Administração Direta e Indireta da Cidade do Recife – SINDSEPRE
Clênio Nogueira de Carvalho	Titular	Associação dos Procuradores do Município
Oswaldo Naves Vieira Júnior	Suplente	Associação dos Procuradores do Município
Jair Gomes de Santana	Titular	Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife - SIMPERE
Aurivânia Farias da Silva	Suplente	Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife - SIMPERE

JM

## 4. CERTIFICAÇÃO DOS MEMBROS

O manual do Programa Pró-Gestão versão 3.3 estabelece que, até a data de 31 de março de 2022, conforme art. 2º da Portaria SPREV nº 14.770, de 17 de dezembro de 2021 e art. 14 da Portaria SEPRT nº 9.907, de 14 de abril de 2020, continuam exigidos os critérios previstos na versão 3.2 do manual do referido programa, para fins de realização de auditoria de certificação.

Portanto, como a auditoria de renovação do certificado nível III da Ampass foi realizada nos dias 28, 29 e 30 de março de 2022, o critério a ser avaliado foi que pelo menos um membro do Conselho deve ser aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, com conteúdo mínimo estabelecido no Anexo da Portaria MPS nº 519/2011.

Neste sentido, em 2022, o CMP cumpriu este requisito, considerando que **Antônio Marcos Medeiros Araújo**, membro titular do Conselho, possui a certificação tipo **CPA-10**, conforme se observa a seguir:

### **Antônio Marcos Medeiros Araújo**

foi aprovado no processo de certificação desenvolvido pela ANBIMA –  
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais:

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*	Situação
CPA-10	09/08/2021	-	09/08/2024	Ativa

## 5. SISTEMÁTICA DE TRABALHO

Atendendo as normas do Decreto Municipal nº 30.755/2017, as reuniões do CMP, em 2022, que ocorreram em ambiente virtual, foram gravadas e as deliberações foram destinadas aos órgãos/setores competentes para as devidas providências.

Todas as atividades do CMP foram devidamente registradas em atas, sendo cada uma elaborada por um membro do Conselho escolhido pelo sistema de rodízio. Após a sua conclusão da redação, bem como aposição das assinaturas de todos os membros e convidados, as atas foram digitalizadas e estão publicadas no site da Autarquia, disponíveis em: <https://reciprev.recife.pe.gov.br/conselho-municipal-de-previdencia-cmp>. O arquivo físico está sob guarda do gabinete da presidência da Autarquia.

As deliberações do Conselho em 2022 resultaram, entre outros, em:

- ✓ Diretrizes gerais da Ampass;
- ✓ Gestão operacional, econômica e financeira dos recursos da Ampass;
- ✓ Análise da gestão da Ampass por meio, principalmente, dos Relatórios de Governança Corporativa;
- ✓ Análise do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da Autarquia, 2021-2024;
- ✓ Análise da Política de Investimentos e demais políticas da Ampass;
- ✓ Indicação de representante na Comissão de Ética da Autarquia.

## 6. RESUMO DAS DELIBERAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2022

ATA N.º	DATA	RESUMO
01/2022	19/01/2022	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentação da Carteira de Investimentos da Reciprev - fechamento de 2021 e previsão para 2022.</li><li>- Informações sobre empréstimo consignado para servidores municipais.</li></ul>
02/2022	16/02/2022	<ul style="list-style-type: none"><li>- Plano de Trabalho do exercício 2022.</li><li>- Indicação dos representantes titular e suplente na Comissão de Ética da Ampass.</li><li>- Apresentação do Relatório de Governança Corporativa referente ao segundo semestre de 2021.</li><li>- Apresentação do estudo atuarial pelo atuário Luiz Cláudio Kogut.</li><li>- Compensação Previdenciária.</li><li>- Concurso Público para a Autarquia.</li></ul>
03/2022	16/03/2022	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentação da Carteira de Investimentos referente ao mês de fevereiro de 2022.</li><li>- Ações do Programa Pró-Gestão RPPS.</li></ul>
04/2022	06/04/2022	<ul style="list-style-type: none"><li>- Informações sobre a auditoria de recertificação do Programa Pró-Gestão RPPS.</li><li>- Informações sobre o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC).</li></ul>
05/2022	11/05/2022	Compensação Previdenciária.
06/2022	08/06/2022	Exposição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da Autarquia, 2021-2024.
07/2022	13/07/2022	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentação da Carteira de Investimentos da Reciprev - balanço do primeiro semestre de 2022.</li><li>- Informações sobre empréstimo consignado para servidores municipais.</li></ul>
08/2022	23/08/2022	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentação do quantitativo dos servidores inscritos no Sistema Previdenciário Municipal.</li><li>- Apresentação do Relatório de Governança Corporativa do primeiro semestre de 2022.</li></ul>



ATA N.º	DATA	RESUMO
09/2022	14/09/2022	- Apresentação da Carteira de Investimentos referente a agosto de 2022. - Análise e aprovação da Política de Investimentos 2023.
10/2022	20/10/2022	- O atuário Luiz Cláudio Kogut apresentou as determinações da Portaria n.º 1.467/2022, do Ministério do Trabalho e Previdência.
11/2022	17/11/2022	- Carteira de Investimentos, referente a outubro de 2022. - Informação de que a Autarquia tem enviado representante para reuniões do Conaprev, que conta com a participação de dirigentes dos RPPS do Brasil. - Informação de que a prova de vida será disponibilizada pela plataforma Gov.br para todos os RPPS (a Autarquia já utiliza esta ferramenta).
12/2022	07/12/2022	- Apresentação das diretrizes da Portaria n.º 3.870, do Ministério do Trabalho e Previdência (explicação de analistas da SPREV), que disponibilizou ferramentas de apoio à gestão para a comprovação de vida dos beneficiários.

Recife, 13 de janeiro de 2023.

**Felipe Martins Matos**  
**Presidente do CMP**